



O DIFERENCIAL DA PESQUISA SOCIOPOÉTICA: Encontros e bifurcações face aos grupos rogerianos e as respectivas abordagens de pesquisa lewiniana, existencial e participante

Sandra Haydée Petit¹

Resumo

A Sociopoética é uma abordagem de pesquisa que propõe ao grupo alvo da investigação se transformar em copesquisador de um tema gerador sobre o qual irá produzir conceitos desterritorializados perpassados de afetos – “confetos”, no âmbito de oficinas facilitadas pelo/a pesquisador/a oficial. Apesar de se distinguir pela recorrência ao corpo enquanto fonte de conhecimento, a Sociopoética é comumente confundida com outras formas de investigações realizadas em grupo. Pergunta-se: até que ponto a Sociopoética se diferencia notadamente da pesquisa-ação (lewiniana/existencial) e da pesquisa participante? Ou se tem a ver com as terapias grupais de Carl Rogers? Este artigo tem como objetivo trazer a compreensão do que a Sociopoética busca enquanto método. Para tanto, explora as convergências e diferenciações para com os referenciais acima mencionados, os quais têm em comum utilizarem o grupo como dispositivo de construção coletiva de conhecimento, mostrando as ênfases específicas da Sociopoética ao realizar o intuito de transformar para conhecer.

Palavras-chave: Sociopoética. Formas de pesquisas coletivas. Diferencial do método.

THE DIFFERENTIAL OF SOCIOPOETIC RESEARCH: Meetings and bifurcations before rogerian groups and its respective approaches in the lewinian, existential and participant research

Recebido em: outubro/2011 – Aceito em: novembro/2011

1 Professora da Universidade Federal do Ceará. Doutorado em Ciências da Educação pelo Université de Paris VIII, França. E-mail: negapetit@gmail.com





Abstract

Sociopoetic is a research approach that proposes to the investigated group the transformation in cooperative researcher of a generator theme about which he will produce non-occupied concepts full of affects – “confetos” -, in the range of workshops offered by the official researcher. Although it is distinguished by the recurrence of body as a source of knowledge, Sociopoetic is mainly mistaken with other forms of investigations undertaken by a group. It is asked: how far is Sociopoetic from Action research (Lewinian/existential) and from Participant research? Or, is there any relation with Carl Rogers's group therapies? The objective of this article is to understand what Sociopoetic aims as a method. In order to do that, it explores the convergences and differences mentioned before which use the group as a collective construction device demonstrating the specific emphasis in Sociopoetic's aim to transform to acknowledge.

Keywords: Sociopoetic. Collective forms of research. Different method.

A Sociopoética é uma abordagem que pretende favorecer a construção coletiva de confetos², combatendo:

- ✓ o não diálogo com as outras culturas, sobretudo as dominadas e/ou de resistência;
- ✓ o corte da cabeça do resto do corpo, sobretudo da sensibilidade, da sensualidade e da sexualidade;
- ✓ a separação entre aprendizagem científica e desenvolvimento artístico;
- ✓ a consideração dos não especialistas como incapazes de participarem da produção do conhecimento;
- ✓ a separação entre o conhecimento e a espiritualidade (GAUTHIER; 1998, p. 174).

² Trata-se de conceitos criados pelos afetos, que apontam para uma nova cientificidade “[...] feita de intuição, sensação, razão e emoção [...]” (GAUTHIER, 1998, p. 147).





Todos esses princípios “[...] convergem simultaneamente para o objetivo de potencializar o grupo-pesquisador enquanto filósofo ou intelectual coletivo que cria pensamento mediante confetos, realizando, assim, uma produção que o singulariza perante outras práticas grupais [...]” (ADAD; PETIT, 2009, p. 1),

Apesar dessa singularidade, o fato de a Sociopoética recorrer ao dispositivo do grupo pesquisador para realização de pesquisa coletiva em colaboração suscita alguns questionamentos quanto à sua especificidade. São comuns perguntas tais como: em que a SP (= Sociopoética) se diferencia de outras investigações realizadas em grupo, notadamente da Pesquisa-ação e da Pesquisa Participante? Será que se confunde com terapias grupais? A denominação de facilitador, para o pesquisador oficial na Sociopoética, tem algo a ver com o sentido atribuído por Carl Rogers, “pai” dessa terminologia?

Este artigo tem como objetivo tratar desses pontos, na busca de propiciar maior compreensão do que a Sociopoética se propõe, pois, embora se reconheça um método em constante construção, ela tem uma intencionalidade que merece ser explicitada, a fim de se reconhecer o que ela traz de diferencial.

Como todo método, a Sociopoética é o resultado de múltiplas vivências e referências. Contentar-me-ei em situar alguns aspectos de quatro filiações teórico-práticas, sem pretensão de exaustividade, até porque se trata de um recorte meu do que considero aproximar e distanciar a SP dessas filiações. Por terem em comum utilizarem o grupo como dispositivo de construção coletiva de (auto) conhecimento, opto por apresentar a Pesquisa-ação lewiniana, a Pesquisa Participante latino-americana, os grupos rogerianos e a Pesquisa-ação Existencial, focalizando, em seguida, algumas convergências e divergências nodais entre essas e a Sociopoética.

2 A Pesquisa-ação lewiniana: a conscientização enquanto racionalização

Sabemos que devemos a Kurt Lewin a criação da dinâmica de grupo.





Em 1944 Lewin utiliza, pela primeira vez, o termo dinâmica de grupo, designando um método de estudo que visava o sistema de forças que impulsionam um grupo à ação e as que o impediam de agir. A totalidade dinâmica que era o grupo possuía propriedades específicas e se constituirá, a partir de Lewin, num objeto diferenciado para os pesquisadores. (BARROS, 1994, p. 91).

O estudo da dinâmica de grupo, de caráter experimental, tinha uma clara diretividade, no que diz respeito aos objetivos de eficácia a atingir. Como ressalta Barros (1994), há na preocupação de Lewin a busca de mudança de comportamento dos indivíduos, também denominada “conscientização”. Nesse contexto, o pesquisador se torna um líder coordenador, conscientizador dos outros, na perspectiva de induzir uma determinada racionalidade:

Almejar a “mudança de comportamento” dos indivíduos, quando colocados numa estrutura-grupo, fez com que certos temas passassem a ser privilegiados: coesão, participação e liderança, resistência à mudança. Mas ainda havia a necessidade de se escolher algumas estratégias para se alcançar a mudança. Dado que a situação grupal se caracterizava por um confronto de forças efetivadas num espaço, no qual as ações de cada um ganhavam outros sentidos norteadas pelas dos outros, dado que o coordenador do grupo ocupava o lugar de líder e que a sugestão era considerada modo pelo qual se poderia interferir nos comportamentos, o alvo privilegiado foi a consciência. Os membros do grupo deveriam, então, ser submetidos a um trabalho de “conscientização” em face de uma determinada situação-problema. Vale ressaltar que não se trata, aqui, de conscientização no sentido de “tornar consciente o inconsciente”. O sentido era o de tornar um comportamento considerado irracional (inadequado) em “racional” (adequado), na equivalência consciência-razão já há muito implantada. “Conscientizar” seria transformar um determinado comportamento considerado pouco razoável (ou desrazoado) em razoável. (BARROS, 1994, p. 91).





No final de sua vida, Lewin propôs, para além do estudo clínico do funcionamento dos pequenos grupos, a Pesquisa-ação como modalidade a um só tempo de investigação e de engenharia social – resolução de problemas nas grandes organizações -, notadamente nas empresas. Se Kurt Lewin se manteve dentro de uma perspectiva política reformista de adequação e regulação do sistema, de outro lado é inegável que introduziu duas novidades importantes ao desenvolvimento posterior de métodos alternativos de investigação: a vinculação entre pesquisa e intervenção; e, sobretudo, a inclusão do pesquisador no objeto pesquisado, enquanto manipulador declarado desse. Vejamos nas palavras de Regina Benevides Barros:

As linhas de totalidade e consciência cruzam-se na proposta lewiniana de grupo, mas, ao mesmo tempo, outras linhas - as da pesquisa-ação - são criadas, alterando o campo da psicologia social da época. Para ele, a alteração de condutas (ação), para se efetivar, deveria ser sempre acompanhada de pesquisas. Isto demonstrava não apenas sua preocupação mais imediata de modificação do comportamento, mas um interesse em contribuir para o desenvolvimento das ciências sociais. Teoria e ação deveriam estar permanentemente articuladas, o que veio a colocar em questão a “objetividade” do pesquisador, que não mais poderia se colocar “fora” do campo investigado. Nos trabalhos com grupos, o coordenador tinha objetivos a atingir (alteração de condutas) e estratégias a utilizar (conscientização), via-se como um “agente de mudanças”. Lewin, coerentemente com sua perspectiva teórica, apontava em sua proposta grupalista para o campo que incluía tanto o pesquisado quanto o pesquisador. (BARROS, 1994, p. 95).

Lembremos destas palavras-chave: engenharia social – conscientização –, Pesquisa-ação transformadora, como características importantes da atuação do pesquisador na perspectiva lewiniana. Inventemos um lema para este tipo de pesquisa: conhecer para racionalizar o comportamento.



3 A Pesquisa Participante latino-americana: reforço do modelo conscientizador

No contexto efervescente dos anos 1960, o pedagogo Paulo Freire deu novo sentido ao dispositivo do grupo-pesquisador na Pesquisa-ação, dessa feita, introduziu a dimensão de combate às estruturas de opressão na sociedade, através do método dialógico do Círculo de Cultura que visa unir conscientização política e construção coletiva do conhecimento. Paulo Freire sugere que as ações de constituição dos programas de alfabetização de adultos, sejam precedidas de pesquisas que levantem os anseios, os hábitos culturais e os problemas socioeconômicos das populações alvo, a fim de favorecer, junto com a leitura da palavra, o que ele chama de leitura do mundo. Esse processo é realizado de maneira participativa e horizontal com a atuação conjunta de intelectuais e populares no desenvolvimento de toda a experiência.

Sob a influência da pesquisa temática de Paulo Freire, e, particularmente, do pensamento marxista gramsciano, nasceu, então, a Pesquisa Participante, como versão contestatária da Pesquisa-ação reguladora de Kurt Lewin. Segundo Gajardo, o lema declarado desta corrente é “conhecer transformando”. A transformação almejada se manifesta nos seguintes objetivos: contribuir para uma transformação social de maneira prática; incentivar a “tomada de consciência dos grupos sociais marginalizados, em relação à sua situação e necessidades, para que esses possam melhorar, mediante a organização e a ação política”; produzir uma análise crítica entendida como a determinação das raízes e as causas dos problemas político-sociais, estabelecendo “relações entre problemas individuais e coletivos, funcionais e estruturais” (GAJARDO, 1986, p. 45-47).

Os procedimentos utilizados para se alcançar esses propósitos são geralmente os conhecidos nas ciências sociais, notadamente o diagnóstico com aplicação de questionários, combinados com entrevistas e, mais raramente, observação participante. Linguagens não convencionais são utilizadas na socialização dos dados como suportes para torná-los mais facilmente inteligíveis aos grupos-alvo que forneceram as informações.



Diferencia-se das pesquisas convencionais pelo processo que é participativo, enfatizando a “promoção da produção coletiva de conhecimentos”, e a “análise coletiva da ordenação da informação e no uso que dela se possa fazer” (GAJARDO, 1986). Nesse particular, nota-se um claro paralelo entre a Sociopoética e a Pesquisa Participante, pois ambas preconizam que populares e pesquisador oficial realizem juntos todas as fases da pesquisa, incluindo a sua socialização.

Porém, na Pesquisa Participante, o/a pesquisador/a não é visto como um/a facilitador/a, pois aspira a levar os copesquisadores a um estágio superior de consciência, segundo o que julga ser maior criticidade. Dito nas palavras de Oliveira (1983, p. 32-33): “O papel do pesquisador/educador será o de criar condições para este recuo crítico e o de organizar a temática geradora de tal forma que os protagonistas possam, discutindo-a, decifrá-la e agir sobre ela”. E isso acontece quando a pesquisa se configura em um “processo educativo que vise à reconstituição articulada, coerente e rigorosa da realidade [] para que o descontentamento, o mal-estar e o sofrimento, sentidos por cada oprimido possam transformar-se em ação coletiva e organizada de questionamento da realidade social”.

Os mesmos autores afirmam que não se trata do pesquisador oficial “fazer a cabeça do povo”. Essa ressalva não os impede de defender uma atitude “educativa” por parte do pesquisador oficial, na direção de transformar o conhecimento dos populares, considerado fragmentado. Assim, nota-se que na Pesquisa Participante a dimensão conscientizadora do método freireano fica bastante enfatizada, chegando a colidir com os propósitos dialógicos do próprio Paulo Freire. É que essa visão se apoia declaradamente no ideário gramsciano hierarquizante, daí o reforço que ganha o modelo conscientizador, senão vejamos:

A este respeito, compartilhamos o ponto de vista de Antonio Gramsci, para quem a consciência teórica ou a ‘cultura’ das classes dominadas apresenta sempre dois planos ou faces contraditórias: uma coisa é, por exemplo, o que o operário faz, sua atividade concreta como membro de um grupo





com uma inserção histórico-social precisa; outra coisa, bem diversa, é aquilo que o operário pensa ou sabe e seu nível de percepção de si mesmo, dos outros e da realidade social, que é, muitas vezes, confuso e acrítico. (OLIVEIRA, 1983, p. 34).

O pensamento “confuso e acrítico” atribuído ao povo, segundo Oliveira, “não deriva obviamente de carências no plano da inteligência, mas sim de uma experiência objetiva de vida e de trabalho marcada pela marginalização e pela opressão, pelo isolamento e pela impotência” (OLIVEIRA, 1983). Conclui-se então que o pesquisador oficial deve contribuir em “organizar o material recolhido junto ao povo e devolvê-lo ao povo, para que o povo dele se reaproprie pela discussão em comum” (OLIVEIRA, 1983, p. 35).

4 Grupos de encontro rogerianos: a produção de uma não diretividade terapêutica

Contemporâneo de Kurt Lewin e em parte inspirado nele, Carl Rogers apresenta, no entanto, uma proposta diferenciada de tratamento do grupo que muito interessa à nossa discussão, pois foi ele quem cunhou a noção de facilitador que a Sociopoética também utiliza.

Na perspectiva rogeriana, o grupo é, antes de mais nada, um dispositivo gerador de um autoconhecimento com efeitos terapêuticos. A intenção não é de curar eventuais males psíquicos, mas sim o de conduzir “a uma maior independência pessoal, a menos sentimentos escondidos, maior interesse de inovar, a maior oposição à rigidez institucional” (ROGERS, 1974, p. 25).

O GE, ou grupo de encontro, também chamado T-group ou grupo de formação, é composto por sete a 15 pessoas, que vão se reunir durante um número determinado de sessões para conviverem juntos sem nenhum objetivo específico a não ser a autoanálise de seus próprios mecanismos de funcionamento no aqui e agora. Carl Rogers reconhece que às vezes as pessoas sofrem muitos conflitos durante e/ou depois da experiência tendo “a sensação, especialmente quando a mudança é profunda, de estar a ser violentamente sacudida, como num barco numa tempestade” (ROGERS, 1974, p. 103).





Não há pretensão de pesquisa científica na medida em que estão ausentes a busca de sistematização de um conhecimento novo e/ou a colocação de novos problemas. Porém, não se pode negar, que acontece nesse processo uma construção coletiva de conhecimento, pois, como assinala Barros (1994, p. 223) com relação ao dispositivo grupo, ao ouvir os outros, você se descobre ouvindo “outros”: “em nossa experiência com grupos temos observado que o ‘experimentar ouvir o outro’ irradia uma experimentação de ouvir outros - outros modos de existencialização, outros contextos de produção de sujeitos, outras línguas para outros afetos, outros modos de experimentar.”

O papel do monitor do grupo, denominado facilitador, é apenas o de procurar compreender as atitudes do grupo, ajudando-o a perceber os desejos e bloqueios que o próprio grupo revela. Para tanto, resume Lapassade (1983, p. 78), “[...] o facilitador [] abstém-se de dar conselhos, de distribuir papéis, de organizar o grupo, de propor temas de debate. É por isso que se diz, [] que o monitor é não diretivo”.

Apesar de almejar, igual a Lewin, a mudança de comportamento, Carl Rogers difere desse último por não ter modelos de comportamento pré-definidos a atingir. Assim, rompe com o modelo conscientizador ao desistir de influenciar deliberadamente os membros do grupo numa direção dada. Ao renunciar à palavra conscientizadora, Carl Rogers nega a sua condição de especialista, reconhecendo preferir contar com a intuição, a sabedoria e o potencial de ajuda do grupo, até mesmo em caso de surto psicótico de algum membro. Assim, rejeita qualquer postura de objetivação do grupo própria aos especialistas, evitando tecer julgamentos e comentários, pois,

Eles têm tendência a tornar o grupo **demasiado consciente** de si mesmo, atrasam-no, dando ao grupo a sensação de estarem a ser observados. Estes comentários implicam também que não esteja a olhar o grupo como pessoas, mas como uma espécie de massa ou aglutinado, e não é deste modo que desejo estar com eles. Se tiver que haver comentários sobre o processo de grupo, é melhor que procedam, naturalmente, de um membro. Sinto o mesmo quanto a comentários





sobre o processo no indivíduo. [] Tenho tendência para não sondar ou comentar o que pode estar por detrás do comportamento de uma pessoa [] Mas não me quero servir desse gênero de autoridade. (ROGERS, 1974, p. 68-69, grifo meu).

E reforça que aceita o grupo como ele é, não tenta levá-lo a um estágio superior porque seria ilusório o resultado: “[...] se tento empurrar o grupo para um nível mais profundo, a longo prazo, ele não irá trabalhar” (ROGERS, 1974, p. 60).

Podemos entender como Carl Rogers tem influenciado tanto a autogestão pedagógica como a Análise Institucional nesse ponto, chegando até a declarar que prefere a ausência de facilitador à participação de um monitor diretivo.

Carl Rogers (1977) dedicou bastante atenção à postura do facilitador, refletindo sobre quais atitudes ajudam ou atrapalham o autocrescimento do grupo, tanto na terapia, como na educação. Assim, sugere qualidades tais como: autenticidade na sua maneira de ser, o que significa ultrapassar a simples assunção de uma função; mostrar apreço, aceitação e confiança no outro; manifestar compreensão empática, notadamente capacidade de escuta, inclusive do silêncio; confiar na sua intuição: “Confio nos sentimentos, palavras, impulsos, fantasias que em mim emergem” (ROGERS, 1977, p. 64); aceitar de viver a incerteza e a descoberta; proporcionar a autoiniciativa e a responsabilidade; dar atenção à dimensão humana das pessoas, fazendo prova de sensibilidade; favorecer a autodescoberta, de maneira autoapropriada; gerar um clima de receptividade e de confiança; reconhecer suas próprias limitações; acreditar nas potencialidades do grupo para tomar e encaminhar suas decisões; evitar postura de perito, recusando a frieza emocional.

A radicalidade, que consiste em subtrair o facilitador de seu papel de especialista conscientizador, contrasta com o seu não questionamento das relações de poder instituídas em nível estrutural, atitude essa que fez com que muitos autores progressistas tenham desqualificado as contribuições de Carl Rogers para a reflexão sobre o grupo enquanto dispositivo. Com efeito, a ousadia política de Carl Rogers murcha consideravelmente quando, nos seus próprios



escritos, aceita com tranquilidade a possibilidade dos grupos de encontro ficarem a serviço de propósitos empresariais, tais como:

[...] a realização do objectivo da organização (lucros e serviço) e o desenvolvimento da organização (desenvolvimento das pessoas) [] aumentar em todos os trabalhadores o sentimento de 'posse' dos objectivos da organização; ajudar os directores a dirigirem mais de acordo com os objectivos fundamentais do que segundo 'métodos antigos' ou objectivos sem sentido na zona de responsabilidade de cada um. (ROGERS, 1977, p. 145).

Esse posicionamento, no mínimo complacente com relação às estruturas político-econômicas mais abrangentes, faz Lapassade (1983, p. 61) concluir que, não obstante sua ousadia no que diz respeito à atuação do facilitador, “o movimento não diretivo contemporâneo [] psicologiza a política, em lugar de politizar a psicologia”. Levada por certa inclinação anarquista, eu acrescentaria, como ressalva, a falta de politização da não diretividade como dispositivo que pudesse vir a questionar *in situ* as relações de dominação.

Em resumo, um lema para os Grupos de Encontros rogerianos poderia ser: autoconhecer-se pela vivência grupal.

5 René Barbier e a PAE

Pelas fortes afinidades que a Sociopoética tem com a abordagem subjacente à Pesquisa-ação Existencial (PAE), merece a pena começar ressaltando aquilo que mais nos aproxima. Segundo Barbier (2002, p. 63), esse tipo de Pesquisa-ação se distingue por assumir “plenamente a dimensão filosófica da existência humana requalificada”. Geralmente seus temas são “muito enraizados na afetividade” (BARBIER, 2002, p. 67). Barbier define a PAE como sendo “uma arte de rigor clínico, desenvolvida coletivamente, com o objetivo de uma adaptação relativa de si ao mundo”. O autor enfatiza que sente a PAE por vezes mais próxima da arte do que da ciência por incluir os “domínios da intuição, da criação e da improvisação, no sentido da ambivalência e da ambiguidade em relação ao desconhecido, à sensibilidade e à empatia [...]”. Afirma não querer



separar as dimensões reflexivas, conceituais, filosóficas e poéticas, inclusive na maneira de redigir os relatórios de pesquisa.

Trata-se de uma abordagem que o autor qualifica de multirreferencial, por incorporar tanto o questionamento filosófico, a experiência humana, a sabedoria ancestral e os cinco sentidos. O reconhecimento de nossa corporeidade é uma das dimensões do que se denomina escuta sensível. É aqui que intervém, particularmente, a postura do pesquisador. Barbier reconhece que o escutar/ver do/a pesquisador/a existencial “toma de empréstimo muito amplamente a abordagem rogeriana em Ciências Humanas”, mas, acrescenta, também “pende para o lado da atitude meditativa no sentido oriental do termo” (BARBIER, 2002, p. 94). Na PAE, o/a pesquisador/a se envolve com suas emoções, seu imaginário e suas dúvidas e está ciente dos limites de suas análises diante da complexidade do vazio criador. Isso não significa que se sinta livre de projetar suas angústias e seus desejos sobre os outros, mas que, ao inverso, se disponha a um trabalho sobre si mesmo a fim de “desembaraçar-se de seus ‘entulhos’ interiores” (BARBIER, 2002, p. 97).

Diferentemente da Pesquisa Participante, que tende a reduzir o público-alvo popular à sua condição de classe, o/a pesquisador/a da PAE, procura, pela escuta sensível, olhar para os outros não apenas como integrantes de uma camada social e sim como “pessoa complexa dotada de uma liberdade e de uma imaginação criadora” (BARBIER, 2002, p. 96).

Antes de interpretar, o pesquisador procura sentir com empatia, suspendendo todo julgamento. Desse modo, seus referenciais lhe servem para atribuir sentidos e não para impor seus modelos. Aqui, a escuta sensível faz com que o/a investigador/a adote uma atitude meditativa que consiste numa atenção aguçada de extrema sutileza, uma arte do encontro, produzindo confiança mútua, sem, no entanto esconder os possíveis conflitos.

As afinidades supracitadas não impedem algumas diferenças importantes. Assim, ainda que tanto a Sociopoética como a PAE sejam investigações coletivas, a maneira como constituir o grupo-pesquisador e os objetivos operacionais do mesmo divergem.





Sabemos que na Sociopoética, geralmente um pesquisador acadêmico convida pessoas do grupo-alvo em função da motivação pessoal de investigarem seus próprios conceitos acerca de um tema gerador, sendo a participação das pessoas condicionada somente à sua disponibilidade e ao limite numérico.

Já na PAE, pesquisadores profissionais e leigos formam uma equipe de técnicos que investiga outro grupo/organização na busca de lá intervir, visando uma ação de mudança. Assim, o que Barbier (2002, p. 121) chama de pesquisador coletivo “deve permanecer um grupo em relação ao grupo-alvo”. Respondendo geralmente a uma encomenda institucional de intervenção, os profissionais convidam a coparticiparem, dentre o público-alvo, preferencialmente “os líderes de opinião, suficientemente interessados em uma ação ligada à reflexão”, sempre com o “cuidado para não estar com personalidades altamente ideológicas e fechadas à análise crítica de sua própria existência” (BARBIER, 2002, p. 104).

Em se tratando de uma pesquisa de cunho declaradamente interventivo, a PAE apresenta uma expectativa óbvia de mudança, a partir de um problema a ser resolvido ou pelo menos enfrentado. A mudança almejada, no entanto, apresenta-se mais diversificada do que na proposta de Pesquisa Participante, pois abrange: “mudança de atitudes, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos... em função de um projeto-alvo” (BARBIER, 2002, p. 106) elaborado no pesquisador coletivo. Espera-se, então, que todos saiam modificados pela experiência, devendo “resultar num aumento de discernimento em cada participante” (BARBIER, 2002, p. 115). Por essa ênfase na mudança dos próprios valores, talvez possamos arriscar o seguinte lema: conhecer para se tocar, - em referência à dimensão autoconscientizadora do “se tocar”, coloquial, bem como pela relação com o toque, o aguçar dos sentidos.

Por fim, os procedimentos de pesquisa também são diferentes na PAE, pois essa privilegia as técnicas da observação participante, ainda que reconheça haver necessidade de analisar não apenas documentos “objetivos” e oficiais, mas também o que chama de “documentos marginais” – desenhos, canções, grafites, contos, relatos, vídeos –, reveladores do imaginário do grupo-alvo estudado.





6 Paralelos e bifurcações entre Pesquisa-ação Lewiniana, Pesquisa Participante, Grupos de Encontro, Pesquisa-ação Existencial e Sociopoética: algumas conclusões

Nessa altura da discussão, torna-se relevante apontar o que assemelha e separa a Sociopoética das referidas concepções de produção coletiva de conhecimento mediante o dispositivo grupal. Para tanto, irei me ater a alguns pontos nodais sugeridos pelas apresentações acima, ressaltando que não trato de esgotar o assunto, mas apenas de trazer elementos de reflexão sobre o diferencial da Sociopoética. Proponho as seguintes categorias comparativas: objetivo de se recorrer ao dispositivo grupo – sentido político; postura do facilitador – tipo de conscientização produzida – procedimentos – o uso de técnicas artísticas; tipo de conhecimento produzido.

▪ Com relação à Pesquisa-ação Lewiniana:

A existência de uma dimensão interventiva na pesquisa que traz à tona o reconhecimento da não neutralidade do/a pesquisador/a oficial: A Sociopoética não só reconhece que as técnicas do/a facilitador/a interferem na produção de conhecimento do grupo, como considera importante que o/a pesquisador/a oficial se utilize delas enquanto dispositivos que venham a potencializar a criação instituinte de linhas de fuga. A ambiguidade dessa intervenção, que se quer ao mesmo tempo intencional e não ou pouco diretiva, nota-se, sobretudo, na escolha das técnicas, quando o facilitador/a se esforça em gerar estranhamento aos copesquisadores – o que supõe certo controle –, mas, favorecendo uma produção cujos resultados não lhe sejam previsíveis.

Principais divergências:

O objetivo, o sentido político, os procedimentos, a relação com a arte e o corpo como fontes de conhecimentos e o tipo de conhecimento almejado.





▪ **Com relação à Pesquisa Participante:**

A valorização da construção coletiva e dialógica do conhecimento entre populares e profissionais. Lembremos que esse é o segundo princípio da Sociopoética, que revela a sua busca por valorizar as culturas que não têm vez na produção acadêmica dominante, notadamente em termos de *status* filosófico. Porém, a Sociopoética não limita essa valorização intercultural à dimensão classista, ampliando para atravessamentos como faixa etária, gênero, categoria profissional, etnia, pois são muitos os marcadores culturais estigmatizados e/ou desconhecidos pela produção científica instituída.

Principais divergências:

A conscientização na acepção gramsciana enquanto objetivo e dispositivo de intervenção e a subordinação da produção artística à “facilitação” da comunicação.

▪ **Com relação aos Grupos de Encontro:**

A busca pelo autoconhecimento e a atitude de escuta empática do/a facilitador/a é de extrema relevância para a Sociopoética e se coaduna com seu princípio de espiritualidade, pois supõe abertura, aceitação e valorização da diferença, respeito, autoconscientização.

Principais divergências: o objetivo terapêutico, a tendência dos GE oscilarem entre o a-politismo e o conformismo político, e a pouca ou ausência de ênfase dada à dimensão investigativa.

▪ **Com relação à Pesquisa-ação Existencial:**

O questionamento ao racionalismo na ciência instituída que se separa do imaginário, da arte e da poesia; a postura de escuta sensível, a valorização do autoconhecimento pela construção coletiva entre profissionais e populares sugerem grande proximidade entre PAE e Sociopoética.

Principais divergências: o objetivo de transformação de situações-problemas; o uso de técnicas predominantemente convencionais.





▪ **Com relação a todas essas abordagens:**

Nenhum desses referenciais tem no seu foco a construção coletiva de conceitos filosóficos perpassados de corpo, poesia e devaneio, pois não visam a potencialização do grupo alvo enquanto filósofo coletivo, embora tais confetos possam acontecer nas referidas abordagens, mas não enquanto busca deliberada do inusitado. Gauthier expressa poeticamente o intuito de produzir o saber inesperado contido no corpo mediante técnicas criativas:

Por isso precisamos de técnicas que favoreçam a emergência, a tomada de consciência do que é 'escondido' na profundidade do corpo ou que corre na superfície da pele e dos sentidos []. É uma característica da Sociopoética buscar além (ou dentro) do corpo um outro corpo [] um corpo recalçado []. Este corpo sabe [] muito mais do que a fala explícita e consciente, muito mais do que a razão. (GAUTHIER, 1998, p. 173).

Não resta dúvida que a Sociopoética deve muito às referidas filiações, mas fica explícito também que realiza sua configuração própria entre os furtos – diálogo freireano, escuta sensível de Barbier -, e as inflexões dadas ao dispositivo grupal lewiniano e ao participante. Pelas suas criações mais ousadas – produção coletiva de confetos polifônicos e desterritorializados, valorização do estranhamento e da produção artística, tem o corpo como fonte de construção coletiva e intercultural do conhecimento. Assim, a Sociopoética vem questionando, à sua maneira, o padrão científico predominante, o qual, a despeito das referidas experiências históricas, permanece alheio ao corpo enquanto fonte de conhecimento e à construção coletiva do conhecimento. Cabe a nós, sociopoetas, continuarmos instigando esse fabuloso corpo de potências chamado grupo-pesquisador!

Referências

ADAD Shara Jane e PETIT, Sandra Haydée: Ideias sobre confetos e o diferencial da Sociopoética. **Entrelugares – Revista eletrônica de Sociopoética e Abordagens afins**, v. 1. n. 2, mar/ago 2009. <http://www.entrelugares.ufc.br>.





BARBIER, René: **A Pesquisa-Ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARROS, Regina Duarte Benevides de: **Grupos**: a afirmação de um simulacro. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

GAJARDO **Marcela**: **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GAUTHIER, Jacques: **Pesquisa em enfermagem** - novas metodologias aplicadas. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1998.

LAPASSADE, Georges: **Grupos, organizações e instituições**. São Paulo: Francisco Alves, 1983.

OLIVEIRA M.D e OLIVEIRA R.D: Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos, R.(Org) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROGERS, Carl: **A terapia centrada na pessoa**. Lisboa: Moraes, 1974.

ROGERS, Carl: **Grupos de encontro**. Lisboa: Moraes, 1977.

